


[illegible]



	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		0003791/2024	08/02/2024 10:07:50
REQUERENTE			
ESPAÇO CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS -ECOS			
ASSUNTO			
LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS			
COMPLEMENTO			
RECURSO PE 40			

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO
MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/ CPL
PREGÃO ELETRÔNICO 40/2023
(Processo Administrativo nº 63140/2023)

PREFEITURA DE MARICÁ
3782/2024
08/02/2024
Fs 03

ESPAÇO, CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS – ECOS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.539.959/0001-25, com sede na Avenida das Américas, n.º 8.445, Sala 1218, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, vem por sua representante infra-assinado, tempestivamente, à presença desta ciosa Comissão de Seleção, irressignada, data vênua, com a decisão, da referida Comissão, em declarar inabilitada a recorrente do certame retromencionado, a, ocorrida nos autos do processo licitatório em epígrafe, fulcrada no disposto do art.109, I, "a", da Lei Federal n.º 8.666/1993, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra tal decisão nos termos das razões de fato e direito que passa a apresentar:

1. PRELIMINAR

1.1. Preliminarmente cumpre ressaltar que a Recorrente visa, apenas, a defesa de seus direitos, haja vista ter sido declarada inabilitada devido a vedação de participação de empresa sem fins lucrativos.

1.2. Necessidade de Aplicação de Efeito Suspensivo da decisão da referida comissão.

1.2.1 Com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, em seu art. 109, §2º, a Recorrente solicita que seja conferido ao presente Recurso Administrativo o efeito suspensivo, posto que os atos administrativos decorrentes da aplicação do diploma das licitações cabem recurso obrigatório em efeito suspensivo, dentre outros itens, das decisões que importem em habilitação ou inabilitação do licitante.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1 O instrumento convocatório prevê nos item 9 PRAZOS E MEIOS PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS E REPRESENTAÇÕES:

9.5 As licitantes que desejarem recorrer dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar a sua intenção em sessão, após o ato de declaração da licitante vencedora, sob pena de preclusão.

9.5.1 Aqueles que manifestarem intenção em recorrer, dos atos da Prefeitura Municipal de Maricá decorrentes da aplicação desta licitação, deverão apresentar suas razões, por uma das formas disciplinadas nos subitens 9.1. e 9.1.1., nos 03 (três) dias úteis subsequentes, independentemente, de intimação ou notificação.

2.2 O vencedor do referido certame foi declarado no dia 02/02/2024, assim, a fruição do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação do recurso findar-se-á em 07/02/2024.

2.3 Tempestiva, portanto, a presente impugnação.

3. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

3.1 O Pregoeiro assim julgou ipss liter: Motivo da Recusa/Inabilitação do Lance: Empresa desclassificada devido a vedação de participação de empresa sem fins lucrativos.

4. DOS FATOS E DO DIREITO

4.1 A Secretaria de Transporte, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Maricá, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, autorizados através da Portaria N.º 06/2023, 18/2023, 509/2023, tornou público a realização Procedimento Licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, sob o Regime de Execução Indireta, tipo Menor Preço Global, conforme informações constantes nos autos do processo administrativo 63140/2023, cujo objeto é a "Contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, em cumprimento ao disposto na da Lei Complementar nº 379 de 25 de maio de 2023, para as atividades de supervisor e inspetor de serviços.

4.2 A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital e elaborou sua proposta de preço, bem como garantiu total conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

4.3 A RECORRENTE foi classificada, ofertou lance válido, teve sua proposta analisada e aceita, contudo, antes mesmo da análise dos documentos de habilitação foi declarada inabilitada para o Pregão Eletrônico 40/2023.

4.4 Ocorre que a conduta do Pregoeiro(a) não condiz os princípios basilares da administração, uma vez que, ilegalmente, declarou inabilitado participante que atendeu a todos os critérios editalícios.

4.5 A Administração deve se ater ao Princípios da princípios de legalidade, Impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal, a qual, constatou-se um flagrante desrespeito, pois, a Comissão declarou inabilitada a Recorrente que apresentou toda a documentação de exigida como condição aceitação de proposta e documentos de habilitação.

DA ILEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

4.6 O Pregoeiro(a) sem qualquer respaldo legal cometeu erro no seu julgamento, pois, trouxe vedação a participação de entidades sem fins lucrativos, contudo, tal vedação não está prevista no item 4.4.1 e posteriores do Edital, ou seja, não há razão qualquer para desclassificar o licitante.

4.7 Resta-nos transcrever o que diz o instrumento convocatório nos pontos mencionados pelo Pregoeiro:

4.4.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

4.8 O princípio da vinculação ao instrumento convocatório determina que o processo licitatório tem que seguir estritamente as regras previstas no edital. A Administração Pública possui liberdade para elaborar o edital, o qual, uma vez publicado, não pode ser fruto de novas regras.

4.9 Nesse sentido, Marçal Justen Filho, ao definir o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, afirma que "o ato convocatório possui características especiais e anômalas. A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão.

4.10 Quanto a legalidade da participação de Organizações Sociais em licitações públicas, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, manifestou posicionamento acerca de caso semelhante, no qual, reafirma a possibilidade e vantajosidade:

Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO PARA PARTICIPAR DE CERTAMES LICITATÓRIOS. FINS SOCIAIS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO. CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA. 1. Não há vedação legal genérica para a participação de entidades sem fins lucrativos em certames licitatórios. 2. Considerando que o objeto social da impetrante tem relação com o serviço a ser contratado por meio do pregão eletrônico e que os atestados de capacidade técnica apresentados pela ABRADECONT são hábeis a comprovar sua habilitação técnica, não se deve inabilitar a impetrante por tais fundamentos. 3. Remessa necessária desprovida. (TRF-2 - REOAC: 00025657420144025101 RJ, Relator: EDNA CARVALHO KLEEMANN, Data do julgamento: 27/02/2015, 7ª TURMA ESPECIALIZADA)

VOTO

1. A remessa necessária deve ser desprovida.

2. Com efeito, não existe vedação legal genérica para a participação de entidades sem fins lucrativos em certames licitatórios, conforme pre-visto no item 2.1.8 do Edital do Pregão Eletrônico 074/2013 DIRAC e entendimentos deste Regional, a saber:

"VISTOS, ETC. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pela Fundação Bênçãos do Senhor, tempestivamente, que tem por escopo reformar decisão de primeiro grau que concedeu Liminar para suspender os efeitos da licitação ANS nº 005/2006, modalidade empreitada por preço global em que a impetrada foi regularmente vencedora. A Parte Agravante afirma que carece de base sólida a decisão do juízo a quo, porquanto na regência das licitações não há qualquer distinção entre a condição jurídica dos licitantes (fl.07). Afirma a Agravante que, nesses termos, ela cumpriu cada um dos requisitos do edital de pregão nº05/2006. Logo, a Administração não pode desconsiderar as normas e condições do edital ao qual está estritamente vinculada, conforme art. 41 da Lei nº 8666/93 (fl.07). Traz, por conseguinte, doutrinas que atribuem ao Edital a qualificação de Lei interna da licitação, vinculando seus termos tanto aos licitantes como a Administração que o expediu (fl.07-08). Afirma que a decisão agravada termina por apenas a agravante tendo em vista que esta desenvolve uma atividade lícita e que com esta gera receita para custear suas atividades estatutárias (fl.09). Afirma, adiante, não haver qualquer vedação expressa no edital no sentido de obstar a participação de instituições por serem beneficentes; e cumulativamente por parecer insuficiente que a vedação estaria no fato de não se enquadrar a Agravante como empresa, já que o edital visa a contratação da concorrente com o menor preço (fl.10). Afirma que não merece ser acolhido o argumento da decisão recorrida que considera que uma pessoa jurídica ao fazer jus a tratamento tributário mais favorável esteja, por isso, desautorizada de contratar com a Administração Pública (fl.10). Afirma que a liminar agravada inviabiliza a consecução da atividade da Agravante, a qual, por se tratar de atividade-meio, se faz necessária para o alcance da atividade-fim, sob pena de perecimento da instituição filantrópica; e ainda mantida a decisão, consigna que esta irá prejudicar o interesse maior, tal qual figura na Constituição Federal quanto às atividades filantrópicas, beneficentes assistencialistas (fl.12). Afirma, finalmente, que a r. decisão cria risco de grave lesão e de difícil reparação com os inegáveis e comprovados prejuízos referentes às atividades que empreende, além do desnecessário constrangimento, que afeta financeiramente a entidade na medida que impossibilita a assinatura de contrato com a Agência Nacional de Saúde, contrato este que está em tudo consoante com as regras de sua atividade estatutária (fl.12-13). Pede, assim, que seja deferida a tutela antecipada com fulcro no art 527, III do CPC, para suspender os efeitos da decisão do juízo a quo, e, ainda, pede que, ao final, seja dado provimento ao presente agravo com subsequente reforma do decidido (fl.13). Relatei. Decido. É cediço que a função do processo de licitação é selecionar, dentre os interessados, a melhor proposta oferecida com vistas a atender os fins motivadores de sua realização. Aliás, outro não é o entendimento de Hely Lopes Meirelles, quando define que licitação "é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse". Na r. decisão agravada a tese segundo a qual a Agravante conforme se pode extrair da fundamentação acostada -, por constituir fundação sem fins lucrativos, fere com sua presença o princípio da isonomia, tendo em vista que concorre com interessado com fins lucrativos, foi aceita pelo juízo de 1º grau. Quanto a isso, considerada lógica e razoável esta tese, a toda evidência, duas consequências, inusitadas, poderiam ser desde logo inferidas: 1a) que no procedimento de licitação deve-se aferir se as partes interessadas disputam em igualdade de possibilidades materiais, pois em situação contrária estar-se-ia ferindo a isonomia assegurada pela Lei 8.666/1993; e 2a) que em sendo assim, entidades sem fins lucrativos devem ser excluídas das disputas licitatórias dada a falta de igualdade dos disputantes em razão do favorecimento tributário desta. Entretanto, caso se considere a ratio do procedimento de licitação, pode-se claramente notar que o que importa, para efeito de aferição da predica da isonomia, é o acesso paritário às informações, recursos, e todo o tipo de dados relativos ao esclarecimento lícito referente à disputa a ser realizada, e não uma análise da "natureza jurídica dos disputantes". De mais a mais, aceita a tese consignada na decisão agravada é de se esperar não apenas um aumento de preços, mas também a aniquilação da atividade benemérita de algumas fundações em perfeita consonância com os objetivos de um Estado Democrático de cunho social (Constituição Federal, art. 3º). Aliás, ad argumentum tantum, recorde-se a dicção da Lei 8.666/1993, art. 24, quando estabelece que: "Art. 24. É dispensável a licitação: XX: na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado". Nesse sentido, se em determinadas situações a Lei 8.666/1993 possibilita que se dispense de licitar atendendo ao fato de o interessado ser entidade sem fins lucrativos, com mais forte razão não se deve obstar seja este considerado vencedor em procedimento licitatório quanto, em competição, prova que seu serviço é tecnicamente igual (ou melhor) que o da concorrente exigindo-se

para sua realização preço inferior. Portanto, longe de a presença da Agravante ofender ao princípio da isonomia, constata-se, no caso sub examine, pleno respeito a finalidade do Pregão. Assim, por todos os motivos elencados, DEFIRO o efeito suspensivo pretendido. Intime-se a Parte Agravada para contra-razões. Oficie-se ao Juízo a quo, encaminhando a cópia da presente decisão.

Publique-se. Registre-se. Intime-se." (AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO 0. Desembargador Federal REIS FRIEDE. TRF2. SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA. DJU - Data: 17/08/2006 - Página: 301) (grifei).

3. Também em consonância com a sentença (fls. 284/292) e com o Parecerdo Ministério Público Federal (309/313), temos que o objeto social da impetrante tem relação com o serviço a ser contratado por meio do pregão eletrônico, como se depreende dos incisos XVI e XXI do art. 4º do Estatuto Social da ABRADECONT.

4. Além disso, os atestados de capacidade técnica apresentados pe-laABRADECONT (fls. 133/140) são hábeis a comprovar a habilitação téc-nica exigida para a prestação dos serviços comuns objeto do certame em discussão.

5. Sendo assim, a impetrante não deve ser inabilitada no pregão em-razão de não atender os itens 2.1.8, 9.13 e 9.14 do Edital do Pregão Ele-trônico 074/2013 DIRAC, se outra razão não houver para inabilitá-la.

6. Concordamos com a sentença no tocante à alegação de que "aA-BRADECONT não possui em seus quadros associativos profissionais ca-pacitados para, diretamente, executar os serviços contínuos de operação de elevador", pois tal ponto não se insere na justificativa para a inabilita-ção (itens 2.1.8, 9.13 e 9.14 do Edital do Pregão Eletrônico 074/2013 DI-RAC) sendo, portanto, matéria estranha ao objeto da lide.

7. Por fim, conforme noticiado à fl. 236, uma vez que o certame já foi-suspenso, não cabe avaliar os demais pedidos.

8. Ante o exposto, nego provimento à remessa necessária.

É como voto.

EDNA CARVALHO KLEEMANN Juíza Federal Convocada

RECURSO DE MARICA
3751/2024
08/02/24
05

4.11 Corroborando com o exposto o Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES, relator do voto fruto do acordão 1.406/2017, afirma em seu voto:

"Ora, se é lícito contratar OS para prestar serviços de natureza mercantil, sem que sua proposta tenha sido submetida à disputa com os demais interessados, quanto mais legítimo seria como resultado de um procedimento competitivo público, ao final do qual se possa afirmar que a proposta de trabalho da OS é a que apresenta menor custo e/ou é a mais adequada às necessidades da Administração".

4.12 Ainda, nas palavras do Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES:

"A suposta posição de vantagem, ostentada pela OS, nos certames licitatórios, em decorrência dos privilégios conferidos, não desvirtua os objetivos da qualificação, do contrato de gestão, nem da própria concessão de privilégios. Pelo contrário, reforça-os e lhes dá sequência. Eles desequilparam a OS dos demais licitantes, para favorecer sua atuação, como parceira do Estado, na prestação dos serviços que se pretendia fomentar por ocasião da sua qualificação, da celebração do contrato de gestão e da concessão de benefícios"

DA ECONOMICIDADE

4.13 Ainda, entre os princípios norteadores das licitações públicas defrontamo-nos com o art. 3º da Lei 8.666/93: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso).

4.14 Os grifos supra são imprescindíveis para o acolhimento deste recurso, quando, dentre diligenciar as informações julgadas incoerentes, o julgador optou por declarar inabilitada a empresa que ofertou em sua proposta o valor cuja economia corresponde ao montante de R\$ 255.518,31 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e trinta e um centavos), se comparada com a licitante declarada habilitada e vencedora.

4.15 Se comparar o valor da proposta da Recorrente com o valor estimado pelo Município, temos que a economia será de R\$ 1.273.907,67 (um milhão, duzentos e setenta e três mil, novecentos e sete reais e sessenta e sete centavos).

4.16 Em sede de proposta de preço a Equipe de Pregão deve reaver e respeitar o Princípio Basilar da Administração Pública que é a Economicidade, onde o menor preço e a proposta mais vantajosa sempre será melhor pontuada e escolhida por se tratar de garantir a economia para a Administração Pública, onde nossa proposta foi bem inferior que as demais concorrentes, sendo desarrazoada a desclassificação por esse motivo.

4.17 Cabe destacar, que de acordo com o princípio da revisibilidade, tem o administrado o direito de recorrer de decisão que lhe seja desfavorável. Tal direito só não existirá se o procedimento for iniciado por autoridade do mais alto escalão administrativo ou se for proposto perante ela.

4.18 O bom senso possui limites que vão do ténue ao insuave, e o extrapolamento desgovernado desse reflete um desavergonhamento que traz rubor e constrange até mesmo terceiros que porventura tomem conhecimento desses atos, que certamente não deixarão de ser levados às Autoridades competentes caso se persista com o resultado da licitação.

4.19 Portanto, com fulcro nessas razões de fato e de direito, diante dos itens apontados, a Recorrente requer o acolhimento de suas razões de recurso, aduzindo que:

5. DO PEDIDO

5.1 Isso posto, é o presente para requerer:

I- Acolher os fundamentos da Recorrente, para alterar o resultado da licitação e declara-la como VENCEDORA do referido CERTAME.

5.1.1 Assim espera e confia a ora Recorrente, o acolhimento do presente recurso, dando continuidade ao certame, restabelecendo assim a necessária justiça!

5.2 Não sendo acatado a presente medida recursal, REQUER que seja feita remessa a autoridade superior, afim de que seja apreciado e julgado nos termos da Lei.

Termos em que
Pede deferimento

Rio de Janeiro/RJ, em 07 de fevereiro de 2024.

Silvio dos Santos
Representante legal

Fechar

PREFEITURA DE MARICÁ
Nº 3731/2024
Data 08/02/24
Ass 06